

MARINHA DO BRASIL
CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Manaus, AM, na data da assinatura.

PARECER DE INTERFERÊNCIA PRÉVIA (PIP)

A Autoridade Marítima, em relação à segurança da navegação e ao ordenamento do espaço aquaviário, **NADA TEM A OPOR** à obra requerida. O presente parecer não implica em autorização ou aval à obra pretendida por não ser objeto da competência da MB, nem exime o requerente do cumprimento de exigência de outros órgãos, nas esferas federal, estadual e municipal, prevista na legislação em vigor.

Este Parecer tem caráter **DEFINITIVO**, considerando a possibilidade de alteração futura da posição ou a sua retirada do local da obra, prevista no item 2.7 da NORMAM-303/DPC, em face da necessidade de reordenamento do espaço aquaviário ou da segurança da navegação.

NOTA: Caso tenha sido obtido parecer favorável, o requerente deverá:

- 1) informar o início e término dos serviços à CP/DL/AG, para avaliação quanto à divulgação em Avisos aos Navegantes e/ou Avisos-Rádio Náuticos. Somente as obras sob e sobre águas, localizadas em áreas cartografadas pela DHN, e com pelo menos uma de suas dimensões horizontais superiores a vinte metros, serão divulgadas;
- 2) apresentar na CP/DL/AG a PFS em mídia digital removível, georreferenciada em relação à carta náutica, em formato compatível com os sistemas CAD (DXF ou DWG), conforme as instruções constantes do Anexo 1-A, após sessenta dias do término da obra. Esta recomendação aplica-se exclusivamente àquelas obras que possuam pelo menos uma de suas dimensões horizontais superiores a vinte metros;
- 3) em até sessenta dias após o término da obra, o proprietário da obra deverá apresentar laudo técnico declarando que a estrutura flutuante instalada apresenta condições satisfatórias de estabilidade, estanqueidade e fluviabilidade, devidamente assinado por Engenheiro Naval, com emissão de ART, caso esta seja parte integrante da estrutura fixa.
- 4) O acesso de navios aos portos ou terminais somente poderá ter início após manifestação específica da CP, DL ou AG, levando em consideração as seguintes obrigações:
 - o projeto de sinalização náutica tenha sido aprovado pela DHN, caso aplicável;
 - a PFS tenha sido apresentada à CP/DL/AG, para atualização dos documentos náuticos;
 - o projeto (conceitual/detalhado) tenha sido aprovado pela CP/DL/AG;
 - os Portos ou Terminais Portuários apresentem estudos quanto ao assoreamento em seus canais de navegação, berços e demais acesso aquaviário de interesse, baseados em levantamentos batimétricos. De acordo com o resultado apresentado deverá ser definida periodicidade de realização de levantamento batimétrico com a finalidade de garantir a manutenção operacional do navio tipo;
 - sejam definidos os procedimentos operacionais para acesso ao porto/terminal pela CP/DL/AG, em conjunto com a Autoridade Portuária ou Administradores do Terminal, para inclusão na NPCP/CPCF;
- 5) A obra deverá ser concluída no prazo de quatro anos a partir deste parecer, devendo ser observado o estabelecido no item 1.1 do Capítulo 1 da NORMAM-303/DPC.

Eu, _____, CPF/CNPJ: _____, Identidade nº _____ Órgão expedidor _____ residente: _____ CEP: _____ - _____ Tel

() _____ - _____ e-mail: _____, Vem requer a Vossa Senhoria a emissão de Parecer para realização das: **CONSTRUÇÃO OU ALTERAÇÃO DE QUEBRA-MAR E/OU MOLHE**

(NOME DA OBRA)

Nome da obra pretendida

Coordenadas geográficas: **LAT** ° ' " **S** / **LONG** ° ' " **W**, de acordo com o item 2.7 da NORMAM-303/DPC.

Nestes termos, pede deferimento.

_____/_____/_____
(local) (dia) (mês) (ano)

(Assinatura do Requerente)

OBS. 1 - As CP/DL/AG deverão postar no **VERSO** do presente requerimento todas as exigências que porventura tenham sido apontadas durante o processo e discriminar no espaço destinado ao despacho se o parecer é provisório ou definitivo;

2 - A emissão do **PARECER FINAL** da Autoridade Marítima estará condicionada ao cumprimento das exigências por parte do interessado junto à CP/DL/AG de origem do processo da obra; e

3 - Deverá ser apensada ao presente requerimento toda a documentação exigida na presente norma afeta a obra pretendida.

NORMAM-303/DPC